



“NAQUELE TEMPO NINGUÉM QUERIA SER NEGRO”: UM ESTUDO SOBRE A IDENTIDADE ÉTNICA EM TOMÉ NUNES

Leila Maria Prates Teixeira¹

Resumo: Tomé Nunes é uma comunidade negra, localizada à margem do Rio São Francisco, no município de Malhada/BA, que foi reconhecida, em 2004, pela Fundação Cultural Palmares, como comunidade quilombola. Este processo resultou do envio (por parte de seus moradores) de uma solicitação à Fundação para que esta procedesse ao reconhecimento. O presente artigo é fruto de um estudo mais amplo desenvolvido junto aos moradores dessa comunidade, apoiando-se, sobretudo, na oralidade como fonte. Tem como objetivo examinar a relação da comunidade com essa identidade negra e quilombola. Dedicar-se ainda à compreensão dos eventos que contribuíram para o processo de autorreconhecimento e como essa nova nomenclatura agiu e vem agindo na vida dos moradores locais.

Palavras-Chave: Identidade Étnica – Quilombola – Autorreconhecimento.

Abstract: Tomé Nunes, black community, located to the edge of the River San Francisco in the city of Malhada/BA, were recognized in 2004, for the Cultural Foundation Palmares, as quilombola community. This process resulted of the sending (by part of its inhabitants) of a request to the Foundation so that this proceeded to the recognition. This article is the result of a wider study undertaken with the residents of this community, relying mainly on speech as a source. Aiming to examine the relationship of this community with maroon and black identity. It is dedicated to further understanding of the events that contributed to the process auto-recognition and how this new nomenclature has acted and is acting in the lives of local residents.

Keywords: Ethnic Identity – Quilombola - Auto-recognition.

A abolição pôs um ponto final no período escravocrata brasileiro e marcou, simultaneamente, o início de um longo processo de mudança nos olhares dirigidos aos negros e às relações inter-raciais, tanto na dimensão do senso comum quanto nas produções científicas e artísticas. O crescente reconhecimento da presença do preconceito étnico (e da subsequente discriminação) na cultura brasileira não significou o seu desaparecimento, mas fez com que se tornasse cada vez mais sutil. E a manifestação sutil do preconceito não o fez menos insidioso. Ao contrário, conferiu-lhe certa invisibilidade (e imunidade) que lhe permite adentrar as instituições, apesar das leis construídas para barrá-lo.

¹ Professora Visitante do curso de História da UNEB/Campus V. Mestre em História Regional e Local (UNEB). E-mail: lmprates@hotmail.com.



Essa manifestação de um preconceito ‘maquiado’ na sociedade brasileira também serviu para que a questão do negro e, em especial, dos remanescentes de quilombos, em todo o território nacional, ficasse invisível, uma invisibilidade simbólica e social. O antropólogo Adolfo Oliveira Júnior mostra a invisibilidade como estratégia do Estado e da sociedade brasileira no sentido de obstruir a diversidade étnica de populações negras, processo herdado do regime escravista:

[...] a noção de ‘invisibilidade’ tem sido trabalhada contemporaneamente por antropólogos voltados para o estudo de comunidades rurais negras como estratégia - mais ou menos consciente, a depender do caso - do Estado e, de maneira geral, da sociedade brasileira no sentido de obliterar a diversidade étnica de populações negras [...]. Historicamente, a sociedade colonial brasileira teria escamoteado diferenças entre práticas culturais de brancos e negros, como forma de retirar das mesmas sua virtualidade política, seu potencial como marca de alteridade (1999, p. 1).

Contudo, José Jorge de Carvalho afirma que a invisibilidade foi uma estratégia dos negros para sobreviver:

2

[...] enquanto os índios, ainda que injustiçados, alcançam uma visibilidade no imaginário social, relativamente alta em termos de sua pequena presença demográfica atual, as comunidades negras, igualmente submetidas a injustiças, tiveram que se tornar invisíveis, simbólica e socialmente, para sobreviver (1997, p. 3).

Neste caso, a sobrevivência pela invisibilidade exigiu das comunidades negras, em muitos casos, uma ausência quase total de trocas com a sociedade abrangente.

Nesta última perspectiva, a exigência de invisibilidade está sendo abandonada. Nas últimas décadas, as comunidades rurais negras, para sobreviverem, necessitam se inserir no sistema de mercado. Algumas comunidades negras não só querem sair do isolamento como querem reconhecimento de seus valores culturais. Surge aí o conceito de remanescentes de quilombos.

Para a historiadora e antropóloga Eliane O’dwyer, a identidade étnica “remanescente de quilombo”, tanto na Amazônia como em outras realidades regionais, emerge num contexto de luta em que os negros resistem às medidas administrativas e ações econômicas através de uma mobilização política pelo reconhecimento do direito às suas terras (1993, p. 35). Por sua vez, o antropólogo Alfredo Wagner Almeida refere que: “categoria quilombo, ressemantizada tanto política, quanto juridicamente,



tem-se, pois, um novo capítulo da afirmação étnica e de mobilização política de segmentos camponeses, que se referem particularmente às chamadas ‘comunidades negras rurais’ e/ou ‘terras de preto’” (1997, p. 3-4). Portanto, nos processos e reivindicações, o dado étnico conjuga-se e, por vezes, se sobrepõe, à condição camponesa, constituindo-se, juntamente com os critérios relativos à consciência ecológica e aos vínculos locais profundos, numa das características elementares ‘dos novos movimentos sociais’.

Essas considerações levam a pensar sobre o papel de uma “identidade negra” nas estratégias de resistência dos moradores de Tomé Nunes. No que diz respeito à identidade, o antropólogo Fredrik Barth (1997) insiste na noção de limites, de fronteiras étnicas, e considera proeminente a autoatribuição étnica e a atribuição pelos outros. Esta orientação privilegia os aspectos diacrônicos e dinâmicos da etnicidade, inserindo-os no processo de mudança.

Para Fredrik Barth (1997), grupo étnico é um tipo organizacional. O ponto essencial a que se refere é a autoatribuição e atribuição por outros. Uma atribuição categorial é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa de acordo com sua identidade básica e mais geral, supostamente determinada por sua origem e sua formação. Na medida em que os atores utilizam as identidades étnicas para categorizarem a eles próprios e aos outros, com fins de interação, formam grupos étnicos no sentido de uma “organização”. Ainda que as categorias étnicas pressuponham diferenças culturais, não se pode supor uma simples relação de paridade entre as unidades étnicas e as similitudes e diferenças culturais.

O grupo étnico possui identidade própria. Toda identidade se revela em duas dimensões: a pessoal (ou individual) e a social (ou coletiva), que interagem e cada uma reflete a outra. Possui um conteúdo reflexivo ou comunicativo, no sentido de que supõe relações sociais e um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento de tais relações. Este código tende a se expressar como um sistema de oposições ou contrastes. O contraste define a identidade étnica. É a afirmação do “nós” diante dos “outros”.

Estas práticas recolocam em pauta não apenas a garantia de livre acesso aos recursos naturais básicos, mas, sobretudo, o reconhecimento formal de suas identidades coletivas, de seus territórios efetivamente ocupados, das normas consuetudinárias e atos cotidianos que disciplinam o uso comum da terra e o manejo dos demais recursos. Sob esse aspecto, os quilombos não são mais abordados pela questão racial, mas consistem num instrumento através do qual se organiza a expressão político-representativa necessária à constituição, ao reconhecimento e à fixação de diferenças intrínsecas a uma



etnia. Desse modo, o conceito de etnia não é mais definido pelos critérios naturais de nascimento, tribo, religião, mas é construído a partir dos conflitos sociais.

Para o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1976), a problemática da identidade e da identificação étnica toca uma esfera crucial de qualquer sistema de relações sociais: a da relação entre indivíduos e o grupo, constituindo-se na ponte entre o indivíduo e a sociedade. Nos termos de uma teoria das relações interétnicas, fenômeno como as flutuações da identidade étnica e o exercício da identificação (étnica) devem ser interpretados como o esforço, muitas vezes dramático, do indivíduo e/ou do grupo para lograrem sua sobrevivência social. A manipulação de uma série de símbolos sociais cria uma consciência coletiva, tornando a identidade uma ideologia e uma forma de representação coletiva.

Com base nas definições de Barth (1997) e Cardoso de Oliveira (1976), pode-se afirmar que a comunidade rural negra de Tomé Nunes² tem uma capacidade organizacional de interação entre os indivíduos, possui origem comum, bem como valores culturais próprios. Sobre o que foi dito acima, alguns depoimentos são reveladores dessa questão:

[...] eu lembro assim, nessa época chegou o padre lá de Carinhonha, era o padre Vanderley, ele já faleceu. Ele chegou falando aqui na comunidade tinha esse negocio pra reconhecer, porque a assinatura era tudo igual, a assinatura. Chegou o ponto de todos saí nas casas perguntando o nome, o sobrenome e foi aí que eles descobriu que nós era uma raça só e foi através da cultura que nós era quilombola por isso³.

No depoimento acima, dona Gessina diz que, justamente por eles serem de uma única família e pelas práticas culturais desse povo, eles compreenderam que poderiam ser reconhecidos como quilombolas. Mas o depoimento também ressalta a presença do externo, visto que foi necessário o padre Vanderley informá-los de que isso poderia ser característica de antigos quilombos.

O “Seu” João fala sobre a chegada de seus antepassados, formadores da Comunidade. De acordo com ele, seus antepassados também são ancestrais de todos os que residem atualmente em Tomé Nunes.

² Comunidade negra rural, designada remanescente quilombola. Localiza-se à margem direita do Rio São Francisco, pertencente ao município de Malhada/BA. A comunidade, até o momento, recebeu apenas o certificado de reconhecimento da Fundação Palmares. Aguarda ainda a titulação final da terra, documento emitido pelo INCRA.

³ Dona Gessina Santos Lima, 30 anos. Entrevista realizada no dia 16 de maio de 2008, em Tomé Nunes.

[...] meu avô soube, veio pra comprar e comprou (as terras do Tomé Nunes). Meu avô tinha eram 4 netos, chamava é [...]. A metade desse povo, José de Brito, que era irmão dele achou outro lugar por cima da Malhada, um lugar de nome Pau Preto, mudou pra lá. A véia Isabel, Isabel Crioula, a irmã de meu avô, mudou pra Carinhanha, meu avô espalhou os filhos e netos aqui neste meio. Só que este povo já acabou tudo, mas deixou uma geração grande. A senhora acredita que tem gente pra valer espalhado tudo, mas espalhando tudo pra Belo Horizonte, São Paulo, outros mudou pra Lapa, mas tem muita gente⁴.

Dona Maria Dias da Conceição do Rosário, filha do “Seu” João, reforça seu depoimento:

[...] a família era toda de crioulo. Isabel Crioulo, Joaquim Crioulo, Joaquim Imbuzada de Iuiú, tudo era dessa família. Joaquim Imbuzada era neto da veia Izabel Crioula. Todo mundo chamava ela dindinha, dindinha Isabel e era tudo neto dela. Essa família é grande demais, menina! É grande demais!⁵

“Seu” João e dona Maria, respectivamente, confirmam os relatos de dona Gessina Santos Lima, ressaltando que, mesmo tendo já falecido muita gente daquela primeira família que povoou Tomé Nunes, estes deixaram uma geração muito grande de jovens que se espalharam pelas terras locais e para outras cidades do Brasil. Sobre essa migração de muitos filhos e filhas de Tomé Nunes trataremos mais adiante, neste texto. Dona Maria ainda chama toda a família de “Crioulo”, ou seja, negros e descendentes de negros.

[...] Aqui era lugar onde os escravos anda, [...] minha bisavó falava com nós, nós era menino e ela falava, eu acho que ela foi dos escravos também, aí ela falava que não ficava aqui porque achou apoio de João Duque, ela lavava roupa de João Duque, o coronel de Carinhanha, naquele tempo não tinha prefeito não, era coronel, aí ela lavava roupa de João Duque. Aí ela falava que achou apoio de João Duque, então que ela vinha aqui só fim de semana e o resto ela ficava a semana todinha lavando roupa deles⁶.

Neste depoimento dona Maria faz uma alusão ao tempo da escravidão, sobre o que ela ouviu contar de sua bisavó que lhe dizia que Tomé Nunes era um lugar de escravos. Neste momento, procurei mais sobre o que ela entendia por escravidão, mas a referida senhora me disse que não se lembrava de mais nada. Mas no seu depoimento há uma certa controvérsia, visto que ela cita o Coronel João Duque como a pessoa que ‘ajudou’ sua bisavó, mas esse referido Coronel assumiu a liderança política desta

⁴ Sr. João Pereira dos Santos, 94 anos. Entrevista realizada no dia 18 de abril de 2008, em Tomé Nunes.

⁵ Dona Maria Dias da Conceição do Rosário. Entrevista realizada dia 18 de abril de 2008, em Tomé Nunes.

⁶ *Idem*.



região por volta de 1919⁷, portanto muitos anos após a Lei Áurea. Certamente essa lembrança de dona Maria advém do que Michael Pollak (1992) chama de transferências, projeções, visto que as lembranças da bisavó de dona Maria se misturaram com suas próprias lembranças, num típico fato de transferência por herança.

“Seu” Raimundo Nonato, uma liderança importante na comunidade, em um de seus muitos depoimentos, nos permitiu entrever construções sociais e simbólicas da expressão “negro”: “[...] e aí depois com um tempo a gente ficou sabendo que já era uma honra que eles tava chamando a gente (chamando os negros de Tomé Nunes que estudavam em Carinhanha de negros da África). Então naquele tempo ninguém queria ser negro”⁸.

Sendo Tomé Nunes uma comunidade de origem étnica negra, o que no mundo e no Brasil significou escravismo e submissão aos brancos, o aspecto étnico de pertencimento a um segmento da população a quem foi imposta a submissão tem influenciado as formas de reação ou acomodação dos membros das comunidades atuais.

O trabalho realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) na comunidade teve inúmeros significados para seus moradores. Inclusive, a boa receptividade do povo de Tomé Nunes com os membros da CPT é sempre lembrada por eles: “Sempre fomos bem recebidos. Toda família tem conflitos, a gente sabe, mas você chegando lá (em Tomé Nunes), você não percebe”⁹. Esta receptividade também nos é relatada pela freira Irmã Helena, que frequentemente visitava a comunidade juntamente com Francina:

[...]o que é muito forte lá é o acolhimento. Logo eles aprendem o seu nome. Você vai lá a primeira vez, eles querem saber de você, da sua pessoa. Eles acolhem muito a gente, né? Dá tudo o que eles têm. Faz questão de dar coisas da roça, eles sempre fazem questão. Então é um povo bem diferente¹⁰.

Tanto para Francina quanto para a Irmã Helena, este bom acolhimento foi responsável por que os objetivos da CPT se concretizassem dentro da comunidade: “O objetivo foi alcançado, o pessoal de

⁷ Maiores informações: http://vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=86&cod_not=943. Acesso em em 02 de janeiro de 2010.

⁸ Sr. Raimundo Nonato. Entrevista realizada no dia 16 de maio de 2008, em Tomé Nunes.

⁹ Francina Nogueira. Entrevista realizada no dia 23 de novembro de 2008, na cidade de Iuiú/BA.

¹⁰ Entrevista realizada no dia 23 de novembro de 2008, em Iuiú.



lá já está inserido na Central Regional das Comunidades de Quilombos (CRQ)¹¹, só não conseguimos a demarcação, mas isso aí não depende da gente, é do INCRA”¹².

Francina nos afirma que uma demonstração do interesse, que também facilitou o trabalho da CPT, foi a ampla participação dos moradores nas reuniões marcadas para discussão de assuntos relacionados à comunidade, “marca uma reunião, todo mundo aparece”.¹³ Ela ainda acrescenta que, em outras comunidades já acompanhadas pela CPT, isto não acontecia, mas ela também ressalta o fato de a comunidade ser relativamente pequena (85 famílias, aproximadamente) facilitando, dessa forma a comunicação entre os moradores.

Nas diversas conversas com os moradores de Tomé Nunes, foi possível notar o quanto estes estão unidos pelas causas da comunidade. E um exemplo disso é a luta pelos seus direitos.

A comunidade dispõe de um prédio escolar onde é oferecida a educação básica até o 5º ano do Ensino Fundamental I, os demais moradores que estudam do 6º ano em diante, se locomovem para a sede do município ou para o povoado do Julião. Um orgulho para os moradores da comunidade são os professores que lecionam na escola local. Todos estes são filhos da comunidade, exceto a professora do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)¹⁴. Segundo dona Joanita Dias de Brito, presidenta da Associação de moradores, eles tentaram reverter essa situação, mas não conseguiram:

[...] tem a professora do PETI que não é daqui, porque na época ninguém aqui não soube, não se inscreveu e aí a gente fez de tudo pra ver se não vinha, se tinha uma maneira de colocar alguém da comunidade, mas eles falaram que não, que tinha que fazer a seleção, que quando fosse ter seleção de novo, aí eles poderiam mudar¹⁵.

¹¹ Sobre a CRQ, o historiador Nivaldo Dutra, em sua dissertação sobre as Comunidades de Rio das Rãs e da Brasileira, apresenta o depoimento do Sr Hamilton Gonzaga, morador da comunidade negra de Araçá/Cariacá, onde é relatado o objetivo deste órgão: “É a CRQ – Central Regional das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Oeste da Bahia, o papel da CRQ é articular essas comunidades buscando desde o autorreconhecimento até ser feito o processo antropológico, para então ser demarcado o território. Então esse é o papel da CRQ, entre outros, buscar também que as culturas das comunidades mantenham vivas toda a tradição, porque a partir do momento que a comunidade resgata, ela valoriza seus legados culturais, o processo de autorreconhecimento se torna mais fácil” (2007, p. 159).

¹² Francina Nogueira. Entrevista realizada dia 23 de novembro de 2008, na cidade de Iuiú/BA.

¹³ *Idem*.

¹⁴ O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com duas ações articuladas – o Serviço Socioeducativo ofertado para as crianças e adolescentes afastadas do trabalho precoce e a Transferência de Renda para suas famílias, além de prever ações socioassistenciais com foco na família, potencializando sua função protetiva e os vínculos familiares e comunitários. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti>. Último acesso dia 05 de dezembro de 2009.

¹⁵ Entrevista realizada no dia 16 de maio de 2008, em Tomé Nunes.



Quando perguntado sobre como os alunos se deslocavam de Tomé Nunes até a sede ou a localidade do Julião, “Seu” Raimundo Nonato nos diz que a prefeitura dá o ônibus, mas o motorista desse veículo é filho de Tomé Nunes e lá reside.

Este discurso, aparentemente fechado, dos moradores de Tomé Nunes em relação à vinda de pessoas externas à comunidade, cai por terra quando eles justificam suas atitudes: “a comunidade é pobre e seus filhos precisam trabalhar, então por que não dá este emprego para as pessoas daqui, se eles têm capacidade para fazer? É muito justo que, se o emprego saiu pra cá, o povo daqui tenha preferência”¹⁶.

Dona Joanita e “Seu” Raimundo questionam a vinda da professora de outra localidade para Tomé Nunes, porque assim um “filho” da comunidade acaba perdendo a oportunidade de um bom emprego. Mas, hoje existe um elevado número de educadores que defendem a escola no campo com professores que pertençam à identidade local. De acordo com a historiadora Ema Maria Silveira:

[...] uma das características de uma escola, situada em área de remanescentes de quilombo, diz respeito ao tratamento dos conteúdos, que nem sempre são aqueles que os livros didáticos difundem. As relações ali travadas, o lugar histórico, a localização peculiar, as formas de sobrevivência do grupo, a oralidade, a corporeidade, são os principais componentes pedagógicos. Nestas comunidades, a docência tem um olhar mais atento às diversidades étnico-raciais, pois a diferença se constitui no patrimônio local (2009, p. 2).

8

A autora retrata a importância da união do cotidiano daquela comunidade ao currículo escolar, levando até aos alunos uma educação inserida na realidade em que vivem. Ou seja, uma escola que não prioriza a visão hegemônica e unilateral de mundo e sim a multiplicidade da formação cultural brasileira.

A migração dos jovens de Tomé Nunes para distintas cidades brasileiras

Em Tomé Nunes, a migração é um fator comum. Em muitas conversas com os moradores da comunidade, percebe-se que as cidades de Belo Horizonte/MG, Salvador/BA, Carinhanha/BA são sempre citadas pelos depoentes. Nas últimas décadas, muitos jovens de Tomé Nunes deixaram suas famílias em busca de uma vida melhor.

¹⁶ Dona Joanita Dias de Brito. Entrevista realizada no dia 16 de maio de 2008, em Tomé Nunes.



Segundo Maria Divina, muitos jovens vão para fora de Tomé Nunes por falta de opção: “[...] meu menino mesmo foi embora. Ficava aqui, trabalhava um dia, ficava dois sem serviço, sem ganhar um tostão, aí ele foi embora”¹⁷. Dona Maria acrescenta: “Hoje em dia tem esse povo novo aí, os mais veio (velhos) já morreu quase tudo e outros foram embora. Tá tudo em Belo Horizonte”¹⁸.

Francina Nogueira, membro da CPT, acrescenta que o interesse pelos estudos acoplado à falta de oportunidade e trabalho na comunidade leva os jovens a deixarem suas famílias e arriscarem uma vida em uma cidade praticamente desconhecida:

[...] o pessoal de lá (Tomé Nunes) gosta de estudar. Tem muita gente que mora em Belo Horizonte, que vai para estudar. Uns conseguem, outros não conseguem, dependendo da dificuldade, mas a maioria que sai, sai com o objetivo de estudar. [...] De Tomé Nunes já tem padres, freiras, professores e muitos outros que já se formaram¹⁹.

Este depoimento concedido por Francina reforça a sua opinião quanto à busca de melhores condições de vida pelos moradores da comunidade. Segundo ela, quase todos os moradores de Tomé Nunes são alfabetizados, restando apenas uma pessoa que ainda não sabe assinar seu próprio nome.

A historiadora Ely Estrela, em seu livro *Sampauleiros: cotidiano e representações*, que trata sobre as migrações de nordestinos para o Sudeste brasileiro, analisa os fatores que motivaram essas migrações nas décadas iniciais do século XX:

[...] as entrevistas evidenciam a percepção de um despontar de transformações que vão mexendo nos padrões socioeconômicos, culturais e comportamentais, atingindo mais ou menos diretamente toda a sociedade e provocando tensões e desajustamentos. Cabe ressaltar que nem sempre essas tensões estão relacionadas a assuntos concernentes a relações de trabalho ou ligadas diretamente à sobrevivência [...] relacionam-se a assuntos outros, como questões políticas, padrões comportamentais, conflitos familiares, desorganização do grupo doméstico por morte ou abandono de um dos cônjuges [...] (2003, p. 54).

Desta forma, a autora afirma que não era somente o fator trabalho que levava os migrantes a buscar uma nova vida em regiões distantes. No caso de Tomé Nunes, os moradores afirmam que o trabalho é o principal fator para a saída da comunidade, mas não o único: “[...] vai o primeiro lá, aí

¹⁷ Entrevista realizada no dia 17 de outubro de 2008, em Tomé Nunes.

¹⁸ As entrevistas feitas com Maria Divina e Maria dos Santos aconteceram simultaneamente, no dia 17 de outubro de 2008, na casa de Maria dos Santos, em Tomé Nunes.

¹⁹ Francina Nogueira, membro da CPT Caetité. Entrevista realizada no dia 23 de novembro de 2008, na cidade de Iuiú/BA.



chama um e aí o outro vai, o outro vai. Aí aquela família tudo vai. Eu mesmo tenho uma família grande em Belo Horizonte”²⁰.

Noutro encontro com dona Maria, fomos informados sobre as primeiras migrações dos jovens de Tomé Nunes: “a maioria do povo tá todinho dentro de Belo Horizonte. As primeira a gente não lembra mais, isso aí tá veio (velho), tem muito tempo. Não tinha lugar pra trabaiá (trabalhar), só plantava na ilha, plantava no alto, a chuva pouco, os fazendeiro não pagava (...). Acho que foi depois de 71”²¹.

Portanto, esses depoimentos demonstram que a falta de terra e de condições para continuarem sobrevivendo na comunidade de Tomé Nunes levou muitos moradores a deixarem as suas casas em busca de emprego em outras cidades.

Segundo dona Maria, Belo Horizonte/MG é para onde vai a maioria dos jovens de Tomé Nunes, mas ela também cita outras cidades, a exemplo de Brasília/DF; Salvador/BA, e cidades do entorno regional como Carinhanha e Guanambi.

A historiadora Maria de Fátima N. Pires, em sua tese de doutoramento, analisa as migrações ocorridas anos antes e após a abolição no Alto Sertão da Bahia e chama a atenção para o fato de que nem sempre as regiões distantes eram as procuradas pelos migrantes: “[...] é necessário assinalar que as migrações nem sempre resultaram em grandes deslocamentos. A adoção de lugares mais próximos aos de origem foi buscada por muitas pessoas do sertão” (2005, p. 332). Em Tomé Nunes, seus moradores afirmam que a procura por cidades mais próximas é para não ficar muito tempo longe da família.

Nivaldo Dutra, em seu estudo sobre a região do Médio São Francisco, analisa as muitas famílias de comunidades próximas ao Rio das Rãs que tiveram que migrar para outras cidades em busca de melhores condições de vida: “[...] era uma nova diáspora acontecendo, desagregando as famílias, separando os parentes, fragilizando a resistência e permanência no território. A ida para outras cidades se constituía, na verdade, como uma das formas alternativas de sobrevivência: migrar para continuar sobrevivendo (2007, p. 140).

Nesse estudo, Nivaldo Dutra (2007) analisa como essas experiências de migração influenciaram para que muitas comunidades fossem à luta pelo direito à terra, a exemplo da comunidade de Lagoa das Piranhas, comunidade próxima ao Rio das Rãs, estudada pelo referido autor.

²⁰ Dona Geraldina Souza da Silva. Entrevista realizada no dia 17 de outubro de 2008, em Tomé Nunes.

²¹ Entrevista realizada no dia 16 de maio de 2008, em Tomé Nunes.



Em Tomé Nunes, seus moradores também sonham com o dia em que suas terras serão demarcadas e que seus filhos não precisarão mais sair de lá para trabalhar em outra cidade ou região.

Observa-se que todo o processo de luta pelos direitos, na comunidade, vem possibilitando a formação de uma consciência crítica, levando esses negros a criarem e recriarem, dentro da própria luta, organizações que contribuem no enfrentamento de dificuldades, pois muitos acreditam que a luta ganha novas dimensões diante dos novos desafios do cotidiano.

Fontes e Bibliografia

Fontes Orais²²

BRITO, Joanita Dias de. *Joanita Dias de Brito*: depoimento [2006, 2008, 2009, 2010]. Entrevistadora: Leila Maria Prates Teixeira. Arquivo MP3 sonoro.

BRITO, Raimundo Nonato Nery de. *Raimundo Nonato Nery de Brito*: depoimento [2006, 2008, 2009]. Entrevistadora: Leila Maria Prates Teixeira. Arquivo MP3 sonoro.

DIAS, Maria Divina. *Maria Divina Dias*: depoimento [2008]. Entrevistadora: Leila Maria Prates Teixeira. Arquivo MP3 sonoro.

LIMA, Gessina Santos. *Gessina Lima Santos (dona Sônia)*: depoimento [2008]. Entrevistadora: Leila Maria Prates Teixeira. Arquivo MP3 sonoro.

NOGUEIRA, Francina. Francina Nogueira: depoimento [2006, 2008]. Entrevistadora: Leila Maria Prates Teixeira. Arquivo MP3 sonoro.

ROSÁRIO, Maria Dias da Conceição do. *Maria Dias da Conceição do Rosário*: depoimento [2006, 2008, 2009, 2010]. Entrevistadora: Leila Maria Prates Teixeira. Arquivo MP3 sonoro.

SANTOS, João Pereira dos. *João Pereira dos Santos*: depoimento [2006, 2008]. Entrevistadora: Leila Maria Prates Teixeira. Arquivo MP3 sonoro.

SILVA, Geraldina Souza da. *Geraldina Souza da Silva*: depoimento [2008]. Entrevistadora: Leila Maria Prates Teixeira. Arquivo MP3 sonoro.

Bibliografia

²² As entrevistas foram realizadas para a minha pesquisa *Comunidade de Tomé Nunes: memória e construção identitária no Alto Sertão baiano*, projeto desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, nível de Mestrado, da UNEB/Campus V.



ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: repertório bibliográfico de uma questão redefinida (1995-1996). In: ANDRADE, Tânia (org). *Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas*. São Paulo: IMESP, 1997. p. 120-139.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 185-227.

CARVALHO, José Jorge de. Quilombos: símbolos da luta pela terra e pela liberdade. *Revista Cultura Vozes*. Rio de Janeiro, v. 91, n. 5, p. 149-160, 1997.

DUTRA, Nivaldo Osvaldo. *Liberdade é reconhecer que estamos no que é nosso: comunidades negras do Rio das Rãs e da Brasileira – BA (1982-2004)*. São Paulo, 2007, 178 p. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ESTRELA, Ely. *Os sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanistas/Educ/Fapesp, 2003.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Remanescentes de Quilombos na fronteira Amazônica: a etnicidade como instrumento de luta pela terra. In: *Terra de Quilombos*. Rio de Janeiro: ABA/CFCH-UFRJ, 1993. p. 1-11.

OLIVEIRA JR, Adolfo Neves de. A invisibilidade imposta e a estratégia da invisibilização entre negros e índios: uma comparação. In: BACELAR, Jeferson & CAROSO Carlos. *Brasil, um país de negros?* Rio de Janeiro: Pallas/CEAO, 1999. p. 165-174.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: escravos e libertos no Alto Sertão da Bahia - Rio de Contas e Caetité (1860-1920)*. 2005. São Paulo, 2005, 349 p. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SILVEIRA, Ema Maria dos Santos. *A educação formal e não-formal nas comunidades quilombolas Lagoinha de baixo e Lagoinha de Cima, localizadas no município de Chapada dos Guimarães – MT*. Artigo disponível em: <http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt15/ComunicacaoOral/EMA%20MARIA%20DOS%20SANTOS%20SILVEIRA.pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2009.